

A BIBLIOTECA DA ACADEMIA DE DIREITO DE SÃO PAULO: ACERVO E PRÁTICAS PROFISSIONAIS NO SÉCULO XIX

Maria Lucia Beffa

Mestre pela Universidade de São Paulo. Chefe
Técnica da Biblioteca da Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
mail.beffa@usp.br.

<https://orcid.org/0000-0002-8709-995X>

Heloisa Barbuy

Docente da Universidade de São Paulo: professora
doutora sênior no Museu da Faculdade de Direito;
Professora no Programa de Pós-Graduação em História
Social-FFLCH e no Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Museologia-MAE/USP,
São Paulo, Brasil.
hbarbuy@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-6216-1924>

RESUMO

O presente artigo apresenta uma visão sobre a História da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, primeiramente, na perspectiva da formação de seus acervos. Trata dos fundos iniciais que a compunham no momento em que foi incorporada ao Curso Jurídico de São Paulo, quando este foi criado, em 1827, e segue apontando algumas das coleções que lhe foram doadas ao longo do tempo. Estabelecida, assim, uma visão geral sobre o acervo da Biblioteca da Academia de São Paulo no século XIX, passa a tratar das práticas profissionais relacionadas aos cuidados com esse acervo, apreendidas em fontes primárias ainda pouco exploradas.

Palavras-chave: Academia de Direito, São Paulo. Biblioteca, século XIX. Formação do acervo.

THE LIBRARY OF THE ACADEMY OF LAW OF SÃO PAULO: COLLECTION AND PROFESSIONAL PRACTICES IN THE CENTURY XIX

ABSTRACT

This article presents an overview of the History of the Library of the Faculty of Law at USP, primarily from the perspective of the formation of its collections. It deals with the initial funds that comprised it at the time it was incorporated into the São Paulo Legal Course, when it was created in 1827, and continues to point out some of the collections that were donated to it over time. Having thus established an overview of the collection of the Library of the Academy of São Paulo in the 19th century, it begins to deal with professional practices related to the care of this collection, apprehended in primary sources that are still little explored.

Keywords: Law of Academic, São Paulo, Library, Century XIX, Collection Formation.

Recebido em: 12/11/2020

Aceito em: 03/02/2021

Publicado em: 12/07/2021

1. INTRODUÇÃO

Por sua importância, a Biblioteca da Faculdade de Direito da USP tem interessado a diversos pesquisadores, especialmente no campo da história intelectual e cultural. Entre eles Myriam Ellis (1957, p.387-477), que nos ofereceu uma relevante contribuição ao localizar, no Arquivo Nacional, o inventário manuscrito realizado por D. José Antônio dos Reis¹, que permite distinguir o que pertencia aos franciscanos e o que vinha da Biblioteca Pública da Província.

¹ José Antônio dos Reis, presbítero em 1825, aluno da primeira turma da Academia de Direito em 1828, bibliotecário da Academia de Direito até 1832, e, depois, bispo de Cuiabá até falecer em 1876. Sobre D. José ver Aquino Corrêa. D. José Antônio dos Reis, primeiro bispo diocesano de Cuiabá. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1954.

Ana Luiza Martins (1990) vem alargando e aprofundando a visão que se tem sobre a atuação dos estudantes e bacharéis formados pelo Largo de São Francisco no Império e na Primeira República, em particular, na conformação daquilo que poderíamos, hoje, chamar de “políticas de incentivo à leitura”, estabelecidas pela implantação de Gabinetes de Leitura na Província de São Paulo. Instalados em cidades no interior paulista como pontas-de-lança locais de amplos movimentos políticos, culturais e intelectuais, traduzem o espírito de um tempo, que a autora apreende com maestria, em toda a sua complexidade. Em *Arcadas* (1998), uma síntese sobre a Biblioteca em períodos sucessivos acompanha cada um dos capítulos que compõem a obra.

Deaecto (2011), que vem se dedicando ao campo da História do Livro, tratou da Biblioteca da Faculdade de Direito no momento de sua fundação, vendo-a como um centro referencial de cultura letrada na São Paulo do século XIX. Aires (2018) abordou a cultura jurídica, no século XIX, por meio do exame de algumas bibliotecas particulares de professores da Faculdade encontradas em inventários judiciais de seus bens, realizados *post mortem* para fins de sucessões.

Estudos específicos como o de Gomes (2016), sobre as obras de Geografia presentes no acervo da Biblioteca Pública, são-nos de grande valia no refinamento da compreensão sobre as diversas funções que a Biblioteca podia adquirir. O acesso a obras necessárias ao ensino secundário é, sem dúvida, um campo relevante nos serviços que eram prestados pela Biblioteca no século XIX. Além de seu caráter de biblioteca pública que continuou a ter, a própria existência de um curso preparatório para o ingresso no Curso Jurídico (Curso Anexo), fazia que a Biblioteca continuasse a ser acrescida de obras para esse fim.

Na área jurídica, pesquisas no campo da História, do Direito vêm fornecendo à Biblioteca subsídios para uma melhor compreensão sobre o significado e a importância de obras pertencentes a seu acervo – muitas vezes obras raras –, seja na perspectiva das codificações históricas, Poveda (1994), do ensino jurídico examinado a partir dos manuais adotados em diferentes disciplinas Tomasevicius, (2013); Barbosa (2012-2020), ou sobre obras essenciais ao desenvolvimento histórico do pensamento jurídico, Lima Lopes (2012).

No que toca à Biblioteconomia, um movimento liderado por Cataldo (2017) vem ganhando corpo na direção de um entendimento do acervo das Bibliotecas enquanto patrimônio histórico-documental, Beffa, Napoleone (2017). É voltar o olhar para a biblioteca

como um espaço de memória, principalmente pelas coleções que nela estão inseridas, sendo este um dos “critérios para a seleção das obras que integrariam as coleções especiais,” Souza, Cataldo, Loureiro (2017).

Especialmente os bibliotecários responsáveis por bibliotecas históricas – assim consideradas não só por seu longo tempo de existência, mas também por seu papel nas regiões em que se situam no país – vêm fomentando trabalhos que levam em consideração cada obra, não só por seu conteúdo impresso, mas também pelas diversas marcas que um exemplar pode trazer, a ele acrescidas ao longo do tempo, tornando-o único e portador de informações adicionais e características específicas que o individualizam. Como disse Cataldo (2020), “uma marca é uma arqueologia das recordações.” É uma fonte comprobatória da origem do exemplar, isto é, da sua procedência e de quem foi seu antigo proprietário. Dessa forma, pode-se conhecer a trajetória do livro, qual foi seu caminho, e rastrear seus proprietários.

Essa perspectiva leva, ainda, ao interesse pelo campo da História das Coleções. Geralmente mais associado aos museus e às coleções de objetos de naturezas diversas, inclui também o livro, embora as bibliotecas – vistas como coleções de livros – constituam, de fato, um campo muito especializado. Schaer (1994), em sua abordagem filosófica a respeito das coleções dos museus franceses do século XIX, observa que eram comuns instituições combinando museu e biblioteca como dispositivos de difusão das Luzes e depois da Instrução. Além disso, há um especial interesse por melhor compreender as formas pelas quais se fez, ao longo do tempo, aquilo que, hoje, podemos chamar de curadoria da Biblioteca, isto é, os cuidados por meio dos quais a Biblioteca foi mantida e tratada. Anteriormente à criação dos Cursos Jurídicos, já sob administração dos frades franciscanos, e mais claramente desde o início da Academia de São Paulo, sempre houve um bibliotecário responsável pela Biblioteca. Os registros documentais sistematicamente realizados e deixados por esses responsáveis permitem-nos, hoje, como que visitar a Biblioteca em suas rotinas cotidianas, vendo-a em perspectiva histórica e discernindo as práticas profissionais aplicadas para a ampliação, a preservação e a utilização das obras de seu acervo.

2 POR UMA UNIVERSIDADE PARA O BRASIL INDEPENDENTE

Após a declaração de independência do Brasil, em 1822, havia a necessidade de estruturar o novo país, criar suas instituições e formar pessoas para administrá-las, bem como estabelecer sua própria legislação, Adorno (1988).

O Brasil precisava formar, de sua própria sociedade, indivíduos que pudessem governar em todos os âmbitos do Estado. Era necessário criar uma identidade para o país recém-independente. Enquanto que, em outras regiões da América, fundaram-se universidades, desde o século XVI, como na República Dominicana e no Peru, ambos, em 1551; México, em 1553; Bogotá, em 1662; e Santiago, em 1738, Gomes (2002); no Brasil, a universidade demorou muito mais a chegar.

Desse modo, os jovens que podiam prosseguir seus estudos necessitavam sair e iam além-mar. Estudava-se Direito, sobretudo, em Portugal, na Universidade de Coimbra. Para resolver essa demanda de autonomia intelectual, o país, independente, planejava investir recursos para alcançar sua real emancipação. Deu-se, então, início ao projeto de criação de uma universidade para o Império.

A maioria das províncias desejava receber a universidade e muitas discussões aconteceram. Os debates havidos, os muitos argumentos apresentados por cada deputado para levar a universidade para a província de seu interesse foram registrados nos Anais da Câmara do Império. Os deputados que representavam São Paulo também fizeram sua parte, defendendo esta província como digna de receber tal empreendimento educacional. Dentre os argumentos, estava a existência de uma biblioteca com aproximadamente cinco mil livros, já existente no Convento de São Francisco. O deputado Nicolau de Campos Vergueiro, referindo-se à biblioteca, em seu discurso, assinalou: “em São Paulo há uma muito boa, e muito bem servida”, Brasil. Congresso (1977).

Outro deputado que mencionou a biblioteca foi Francisco de Paula Souza e Melo, afirmando que São Paulo “[...] tem a fortuna de possuir uma biblioteca pública, qual, posto que não se possa dizer muito rica, já conta perto de doze mil volumes² [...]”, Brasil. Congresso (1977).

A província de São Paulo foi rechaçada pelo sotaque, falta de tipografia, educação, economia, distância e outros argumentos, mas venceu a disputa: a Lei de 11 de agosto de 1827, assinada pelo imperador D. Pedro I e pelo Ministro do Império José Feliciano

² Conforme Mirian Ellis, op. cit., eram aproximadamente cinco mil volumes.

Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, criou os Cursos Jurídicos no país: um em Olinda; outro em São Paulo, Vampré (1977) ; Apostolova (2017).

3 O CURSO JURÍDICO DE SÃO PAULO E SUA BIBLIOTECA: PRIMEIROS TEMPOS

Para a instalação da Academia, o Imperador atribuiu a Arouche Rendon o cargo de diretor³. A escolha devia-se à sua lealdade no processo independentista e à sua atuação na Assembleia Constituinte de 1823.

Rendon deu início, então, ao exame dos edifícios com o maior porte existentes em São Paulo – eram três conventos –, que pudessem acolher as primeiras aulas da Academia. Veio a indicar para esse fim o convento dos frades franciscanos pelos motivos que expôs à época⁴: o tamanho e a conformação da construção; porque estava praticamente desabitado, com poucos frades ainda residentes ali; por abrigar o acervo de duas bibliotecas: o fundo bibliográfico dos frades e o fundo da primeira Biblioteca Pública de São Paulo, criada por decreto, em 1825, Ortmann (1958):

[...] No lado direito também está uma boa livraria, que me parece já tem 5.000 volumes. Parte dela foi legada aos frades, e parte dela é pública. Está entregue ao cuidado de um padre bibliotecário, pago pela Fazenda Nacional.⁵

São muitos os registros sobre a participação da Biblioteca na vida acadêmica a partir dali, com os livros do acervo requeridos para aulas e provas. Assim, está registrado, no Diário do Bibliotecário, que “o Cícero” voltou depois de ser usado nos exames preparatórios. No dia 26, voltaram as Ordenações que tinham ido para os “Atos” e, no dia 1 de março, voltou *La Henriade* de Voltaire, também usada nos exames preparatórios, no dia 2, voltou “o Virgílio”, “o Horácio”, e, logo no dia 6, foi retirado o volume 2 das Orações de Cícero para os exames de Retórica⁶. Outro registro eloquente é a correspondência dirigida pelo diretor⁷ ao bibliotecário, indicando:

³ A nomeação constou dos despachos publicados na Corte pela Secretaria dos Negócios do Império (comumente referida, à época, apenas como Ministério do Império) em 12 de outubro de 1827 (cf. *Diário Fluminense*, v.10, n.88, 15 out. 1827, edição 00010, p.362).

⁴ Carta do Diretor nomeado da Academia José Arouche de Toledo Rendon ao Ministro do Império Visconde de São Leopoldo, 20 nov. 1827. Arquivo da Faculdade de Direito-USP, Série Correspondência do Diretor.

⁵ Idem

⁶ Diário do Bibliotecário (1839-1857), 25 fev. 1845. Acervo Biblioteca da FDUSP.

⁷ José Maria de Avellar Brotero esteve como diretor da Academia muitas vezes e por longos períodos. Embora nunca tenha assumido o cargo como diretor titular será, aqui, referido apenas como diretor.

[q]uando os Snrs. Lentes mandarem buscar as ordenações ou os livros d'aula, V.Sa. os deve entregar, exigindo dos Bedéis aquelas seguranças que julgar precisas, ficando eles responsáveis por tais obras⁸.

A Biblioteca também esteve no roteiro da visita do imperador à Academia, quando de sua estada em São Pulo. A expectativa dessa visita conferiu melhorias para a Biblioteca, pois, com a vinda de tão ilustre personalidade e seu superior hierárquico em última instância – o diretor, José Maria de Avellar Brotero resolve sanar algumas deficiências do edifício como se pode ver nas ordens dadas na correspondência.⁹ Nela Brotero informa ao bibliotecário, Manuel Pereira da Silva, que recebeu ordens do governo para “aprontar o edifício da Academia a fim de se poder mostrar a S. M. o Imperador.” Indica que o bibliotecário deve “aprontar com a decência possível a “Biblioteca, gabinetes e salas, debaixo da sua direção e chave [...]” Informa ao bibliotecário que, dentre as medidas que ele, o diretor, vai tomar, assim que chegar o mestre de obras, mandará “consertar o forro da Biblioteca, e cair o corredor dos gabinetes, e se houver dinheiro hei de mandar pintar o teto, pois a porta do mesmo corredor deve estar aberta.” Informa, ainda, que recebeu ordens para apresentar uma decente iluminação e por isso “as janelas debaixo das suas chaves devem ser iluminadas todas as noites / julgo serem três noites [...]”

3.1 A Biblioteca dos frades franciscanos e a Biblioteca Pública de São Paulo

Para tratar da Biblioteca da Academia de Direito, é preciso retroceder no tempo. Por alvará de 29 de novembro de 1624, foi criado o Convento de S. Francisco de São Paulo e, em 1639, após verificação de recursos pelo frei Manuel de Santa Maria, iniciaram-se os trabalhos para levantar o edifício do Convento.

⁸ Correspondência do diretor José Maria de Avellar Brotero ao bibliotecário Manuel Pereira da Silva, 31 maio 1845, Livro de Ofícios e Cartas (1844/3). Acervo Biblioteca da FDUSP.

⁹ Correspondência do diretor José Maria de Avellar Brotero ao bibliotecário Manuel Pereira da Silva, 31 maio 1845, Livro de Ofícios e Cartas (1844/3). Acervo Biblioteca da FDUSP.

Figura 1 – Academia de Direito de São Paulo, c.1874.



Fonte: Militão Augusto de Azevedo.

Ainda na primeira metade do século XVII, mais precisamente em 25 de janeiro de 1640, chega a Santos o prelado nomeado frei Francisco dos Santos, vindo do Rio de Janeiro, Röwer (1941, p.97), acompanhado de um pequeno grupo de frades franciscanos, padres e irmãos leigos, que se instalaram na cidade de São Paulo, Martins (1973, p.86).

Inicialmente, sediaram-se na ermida de Santo Antônio¹⁰ e iniciaram as obras para a construção de um convento a ela contíguo. Depois de dois anos na Província, receberam outro terreno, cedido pela Câmara Municipal, mais próximo ao riacho do Anhangabaú, onde construíram uma igreja (c.1643) e um convento, este inaugurado em 1647, Röwer (1941, p.102). A área à frente do conjunto franciscano ganharia o nome de Largo de São Francisco¹¹.

Os primeiros frades vieram do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro e com eles provavelmente chegaram livros, Röwer (1941, p.98). É o que se confirma com anotação à pena indicando comprovação de origem, procedência e pertencimento encontrada na página de rosto da obra *Homo Symbolicus* – RD. Octavii Scarlatini:

¹⁰ A ermida de Santo Antônio já existia, desde o século XVI, e foi reformada e ampliada no século XVIII, momento em que, provavelmente, tornou-se a Igreja de Santo Antônio ainda hoje existente, situada na Praça do Patriarca. Sobre a história da Igreja de Santo Antônio, ver ARROYO (1954, p.41-53).

¹¹ Para uma visão da história franciscana em São Paulo oferecida pela própria ordem, ver FRANCISCANOS. 370 anos de história do convento de São Francisco. Disponível em: <https://franciscanos.org.br/quemsomos/ondeestamos/fraternidade-sao-francisco-sao-paulo/#gsc.tab=0> Acesso em: 13 fev. 2020. Para uma síntese dessa história relacionada à Faculdade de Direito da USP, ver MARTINS e BARBUY (1998, p.14-21).

“Este tomo *Homo Symbolicus* pertence a Livraria Sto. Antônio de Rio de Janeiro a qual foi posto pelo Ir. Min^o Provincial frei Luís de Santa Roza, ano de 1735”. Logo abaixo de uma assinatura, está “Pertence a Livraria do convent^o [...] da cidade de S. Paulo.”

4 FORMAÇÃO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca da Academia (que, a partir de 1934, passaria a ser denominada Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) é a reunião de muitos acervos. Alguns já bem identificados e outros sobre os quais ainda não foram encontrados documentos ou marcas que permitam uma atribuição de origem. Entretanto, as duas grandes coleções inventariadas, que formavam o acervo, no momento de criação do Curso Jurídico, são aquela oriunda do Convento dos Franciscanos e a coleção da Biblioteca Pública da Província de São Paulo. No que diz respeito ao exame acurado de cada exemplar, o fundo que compunha a Biblioteca Pública da Província de São Paulo pode ser identificado pela marca de proveniência anotada nos livros à pena, com tinta preta.

A Livraria dos frades franciscanos ainda precisa de uma pesquisa avançada para sua identificação. Em muitos casos, também a natureza religiosa, associada à data de edição, é um indicador de grande probabilidade de antigo pertencimento aos frades. Um exemplo é “*Opera Omnia*”, de João Duns Scotus (1265-1308), publicada a partir de 1639, em 12 volumes, destinada à formação dos frades franciscanos.

Uma importante coleção agregada ao acervo dos franciscanos foi a biblioteca de Frei D. Manuel da Ressurreição, que, nomeado bispo de São Paulo, chegou à capital com sua valiosa coleção de aproximadamente 1548 volumes. O bispo se instalou no seminário dos jesuítas, que haviam deixado São Paulo. Depois, a biblioteca de D. Manuel foi transferida para o convento dos frades franciscanos, de cuja ordem fazia parte, Wernet (2004, p.209). A biblioteca consistia numa das mais importantes do Brasil, e o bispo era “característico da Ilustração, do regalismo e do jansenismo”, Caeiro (1979, p.113). Segundo Serafim Leite, citado por Johnson (1975), supõe-se que as obras da biblioteca dos jesuítas foram entregues ao Prelado da Diocese.¹² Como o bispo não deixou testamento, suas posses são conhecidas pelo inventário de seu espólio. Sua biblioteca continha muitos livros de teologia (pois anos antes havia sido professor da matéria), obras

¹² LEITE, Serafim. História da Campanha de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, INL, 1945. t.VI, p.412-413.

clássicas, além de nomes condenados pela própria igreja e inseridos no *Index* como a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, em 24 volumes.

Outro registro a fazer é que, na relação do inventário, consta a obra de José de Seabra da Silva, pseudônimo usado pelo Conde de Oeiras, depois Marques de Pombal. Consultando hoje o acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito, lá consta o título registrado como *Provas da dedução chronologica e analytica*, publicado em Lisboa por Miguel Menescal da Costa, em 1767-1768. Tal obra pode ser considerada a mais contrária à Companhia de Jesus, Johnson (1975, p.107-125).

O outro fundo é aquele constituído pela coleção (ou biblioteca particular) que pertenceu ao 27º bispo de São Paulo e 4º bispo da Sé, D. Mateus de Abreu Pereira, Zanon (2014), adquirida pelo presidente da província, Lucas Antônio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo, para a criação da primeira Biblioteca Pública de São Paulo. Após o falecimento do bispo, em 1824, sua biblioteca foi colocada à venda. Segundo Spix, Martius (1938, p.208) D. Matheus se interessava por assuntos científicos e, na sua biblioteca, havia obras históricas, canônicas e clássicas. Num lampejo de oportunidade, o presidente da Província, Monteiro de Barros, adquiriu a coleção, bastante significativa para a época, para assim criar a Biblioteca Pública da Província de São Paulo. A criação da Biblioteca Pública estava dentro de um projeto maior que era investir na infraestrutura da educação e da cultura da Província, visando atrair a criação da universidade para a Província de São Paulo após a independência do Brasil, Ellis (1957).

Também no início do século XIX, sabe-se que ao acervo dos franciscanos foi agregada a biblioteca do cônego arcediogo D. Luiz Rodrigues Villares, frei franciscano, depois bispo de Funchal, ilha da Madeira, Röwer (1941, p.103, 137); Ortmann (1958, p.433-434), falecido em 1º de outubro de 1810, Ribeiro (1904, p.3) ; Martins (1973, p.98). Menção a essa doação é feita na correspondência do diretor:

Recebi igualmente 2 Avisos com data de 20 do mês pp., (...). No 2º, é servido remeter-me o catálogo dos sinos, digo, dos livros legados ao Convento de S. Francisco desta Cidade pelo Bispo da Madeira.¹³

No ano de 1826, o bibliotecário José Antônio dos Reis elaborou o já citado inventário, que foi enviado ao Presidente da Província, o Visconde de Congonhas

¹³ Correspondência do diretor Arouche Rendon ao Ministro do Império José Clemente Pereira, 21 mar. 1829. Arquivo da Faculdade de Direito, Série Correspondência do Diretor.

do Campo. Nele, D. José dividiu as obras por assuntos: Escrituras sagradas e santos padres, Liturgia, Teologia Natural, Dogmática e Moral, Direito Canônico, Direito Natural e Civil, Teologia Mística, Sermonários, Filosofia, Matemática, História Natural e Física, Retórica e Poética, Geografia, Dicionários e Artes das Línguas, História Universal e Particular, e Miscelânea, Beffa, Napoleone (2016).

Em 1954, a professora e historiadora Mirian Ellis, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP¹⁴, encontrou, no Arquivo Nacional, o inventário realizado por D. José, trazendo à luz aquilo que permite distinguir, dentro da coleção, a origem de cada obra. A coleção oriunda da biblioteca de D. Mateus de Abreu Pereira era composta de 1.059 volumes e a proveniente do Convento de São Francisco era de 3.162 volumes, Ellis (1957).

As duas coleções originárias já compreendiam assuntos variados como se pode ver no trabalho de Gomes (2016), que estudou os livros de geografia existentes na coleção da primeira Biblioteca Pública de São Paulo. Segundo o autor, as ideias iluministas chegaram ao burgo paulista no século XVIII. Embora as três coleções conhecidas tivessem sido formadas por religiosos – D. Manuel da Ressurreição, D. Rodrigues Villares e D. Mateus de Abreu Pereira –, as duas primeiras foram juntadas à biblioteca dos franciscanos e a terceira deu origem à Biblioteca Pública. Verifica-se a existência de livros com ideias iluministas, inclusive autores proibidos pela igreja como Montesquieu, Pufendorf, Locke, Poullin, Voltaire, Fénelon e Boccage.

Constituída, assim, a partir de bibliotecas formadas por religiosos, a Academia, ao longo do século XIX, atraiu doadores para enriquecer o acervo. Alguns tinham relação direta com a Academia; outros eram cidadãos que doaram seus livros à Biblioteca da cidade. Essas doações, além de representar a possibilidade de estudos, também representavam a democratização e a fomentação da vida cultural para a Província.

Entre os doadores vinculados à Academia, o primeiro a ser mencionado é Arouche Rendon¹⁵. Depois de aposentado, deixou sua biblioteca pessoal para a Academia de Direito, sendo essa a primeira doação de livros ao Curso Jurídico registrada na correspondência do Diretor, à época, Carlos de Campos:

A Livraria acha-se aumentada de 700 volumes pouco mais ou menos oferecidos pelo falecido Tenente General José Arouche de Toledo Rendon; no entanto, poucos deles versam sobre matérias do ensino da Academia,

¹⁴ Atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

¹⁵ José Arouche de Toledo Rendon (São Paulo, 1756- id.1834), Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, atuou em favor da Independência do Brasil e foi o primeiro diretor do Curso Jurídico de São Paulo.

continuando por isso a Biblioteca a oferecer à mocidade escassos meios de instrução¹⁶.

Cerca de dez anos mais tarde, o diretor José Maria de Avellar Brotero solicita ao bibliotecário Marcellino Ferreira Bueno que a lista dos livros do “falecido general José Arouche de Toledo Rendon” seja guardada no arquivo da tesouraria¹⁷. Esse cuidado indica uma valorização do referido documento.

Outra doação do século XIX foi aquela feita, em 1873, por Maria das Dores de Vasconcelos Machado, filha de Lúcio Manoel Felix dos Santos Capello. Nela, havia muitas obras de Direito e outras tantas de Saúde ou Medicina, uma diversidade que desperta a imaginação quanto ao ramo da ciência em que se dava a atuação do antigo proprietário daquela coleção na São Paulo do século XIX¹⁸. Segundo o cronista de São Paulo, Antônio Egydio Martins (1973, p.276), Capello “era dado à leitura de bons livros, possuindo, na casa de sua residência, uma biblioteca.”

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela Biblioteca, atualmente, está a identificação e a catalogação das marcas de proveniência das obras. Esse trabalho está acontecendo, principalmente, no que se refere às obras do século XIX. Desse modo, em algumas delas, já foram localizados Ex-libris manuscritos de Brotero, José Rubino de Oliveira (professores), Alfredo Pujol, Lúcio Manoel Felix dos Santos Capello e tantos outros. Com a descrição das marcas encontradas nas obras e registradas numa catalogação pormenorizada de particularidades do exemplar, será possível conferir, ao menos, parte das obras e o nome de seus antigos proprietários, tal como os acima citados.

Outra coleção de que se tem notícia, por Vampré (1977, p.229-230), foi a doada pela família do estudante Joaquim Vidal Júnior, que faleceu no quinto ano do curso, em 1879. Segundo Vampré, por ocasião dessa doação, foi criada, na Biblioteca, a seção *Joaquim Vidal Júnior*. Entretanto, atualmente, essas obras estão inseridas no acervo, mas sem identificação de procedência, que deverá ser recuperada.

¹⁶ Correspondência do Diretor Carlos Carneiro de Campos ao Ministro do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama, 6 de ago. de 1834. Arquivo da Faculdade de Direito-USP, Série Correspondência do Diretor.

¹⁷ Livro de Ofícios e Cartas (1844/3), 22 de julho de 1844. Acervo Biblioteca da FDUSP.

¹⁸ Capello residiu na R. Consolação, 35, faleceu em 14 de jan.1873, com 75 anos. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=%20Lucio%20Manoel%20Felix%20dos%20Santos%20Capello%22&pasta=ano%20186&pagfis=8505> Acesso em: 23 out. 2020.

5 PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

Por meio de um exame sistemático das anotações miúdas disponíveis em fontes documentais existentes na própria Biblioteca, e, complementarmente, no Arquivo da Faculdade, é possível construir uma visão sobre as práticas profissionais realizadas pelos bibliotecários, que permitem uma melhor compreensão dos cuidados que eram dispensados ao acervo. Essas práticas podem ser apreendidas nos livros e nos documentos para registros administrativos, por exemplo, livro de duplicatas, livro para marcar as obras entradas num período, livro com cópia das correspondências enviadas e recebidas entre o bibliotecário e o diretor, livro de despesas e outros.

O Livro desse tipo mais antigo existente tem seu termo de abertura datado de 15 de junho de 1839, assinado pelo Dr. Clemente Falcão de Souza e rubricado por ele na margem direita superior: “Falcão”. Nessa primeira página da escrituração, constam os seguintes dizeres:

Veio remetido a Biblioteca este livro, e mais outro, acompanhado da Portaria que se segue. Vão remetidos para a Biblioteca dois Livros com os títulos de Mestre e Diário, rubricados, e com os termos do [destino] No primeiro lançará o bibliotecário o inventário de todos os livros existentes na Biblioteca, e pelos quais está obrigado, seguindo em sua escrituração o sistema alfabético ou a classificação científica segundo julgar melhor. No segundo escreverá diariamente em seguimento e sem branco e com a nitidez conveniente todos os movimentos da Biblioteca, e todos os acontecimentos que puderem servir para esclarecer sua conduta, e impor-lhe responsabilidade. Secretaria da Academia Jurídica de S. Paulo 17 de junho de 1839. Dr. Clemente Falcão de Souza.

O bibliotecário começa anotando o recebimento de 12 exemplares de um relatório do Ministério do Império de 1839. No dia 15 de junho de 1839, está anotado que chegaram várias obras vindas da Biblioteca do Rio de Janeiro.¹⁹

No ano de 1881, dia 29 de abril, foi aberto um livro para “lançamento dos livros e papéis que por esta Secretaria foram remetidos à Biblioteca”, o termo de abertura está assinado pelo diretor, Vicente Pires da Motta.

Na primeira página, o termo de abertura informa que ali há uma relação das obras adquiridas pela Biblioteca “depois da publicação do catálogo”, com o ano anotado abaixo, “1885”, quando começam, de fato, as anotações das obras entradas. Os demais anos que aparecem registrados com uma lista de obras são 1886 e 1887, juntos, 1888, 1889, 1915,

¹⁹ Diário do Bibliotecário, nº 5, 1839-1857. Acervo Biblioteca FDUSP.

1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925. Em outros, porém, não foi anotado o ano, mas constam obras com ano de publicação indicado: 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931 e 1932²⁰. Observando algumas obras lançadas dentro do período que ora nos ocupa, encontramos, por exemplo, que, em 1885, entraram 123 títulos; em 1886 e 1887, 46 títulos; em 1888, 71 títulos; em 1889, 50 títulos. Apenas alguns autores para ilustrar de 1885: Guillery, J., Laurent, F., Crispan, Gabba, Pessina, Carrara, Mommsen, Hegel, Rosseau, Cattaneo, Lombroso, Teixeira de Freitas, Ribas e a obra de May, *Histoire de l'Angleterre de 1760-1860/65*. Em 1886 e 1887, entram um Virgílio, Tácito, Weber, Freire da Silva, a tese de Cardoso de Mello, além de listas de alunos matriculados nas escolas do Império e relatórios oficiais das províncias. Em 1888, destacam-se Texeira de Freitas, Ribas, Weber, Dante (1888), Silva Jardim, Scialoja e Adam Smith, entre outros. Em 1889, Frei de Santa Rita Durão, Freire Silva, Jaguaribe, Homem de Mello, listas de alunos matriculados na Academia de São Paulo, em 1889, e teses defendidas na Academia, como a de João Mendes de Almeida Júnior, 1889.

Dentro das práticas administrativas aqui apontadas, vemos muitas similaridades com a rotina de qualquer biblioteca nos dias atuais. Nos idos de 25 de abril de 1888, uma correspondência mostra as semelhanças dentro do cotidiano nas bibliotecas. Leôncio de Carvalho, que se tornou proeminente figura na vida nacional e que trabalhou como bibliotecário na Biblioteca da Faculdade de Direito, encaminha uma cobrança ao colega e amigo Brasília R. dos Santos, solicitando a devolução de obras emprestadas. Informa que foi nomeado por uma Comissão, na conformidade do artigo 215 do Regulamento de 24 de fevereiro de 1855, a fim de conhecer o número de livros extraviados da Biblioteca. Para tanto, roga sejam restituídos, com a maior brevidade, à Biblioteca os exemplares que estavam em seu poder. As obras que haviam sido retiradas, em 23 de outubro de 1886 e 9 de agosto de 1887, são *Institutiones jures*, 4.ed. 1860, e *Leis do Brazil*, 1882, 2 volumes.²¹

Outro fato registrado na correspondência se deu quando o diretor André Augusto de Pádua Fleury recomenda ao ajudante, servindo no impedimento do bibliotecário, a estrita observância dos artigos 217 e 219 do regulamento complementar dos Estatutos: alguns livros não podiam sair por serem de consulta diária dos estudantes. Então, pede para regularizar

²⁰ Lançamento dos Livros e Papeis Remetidos à Bibliotheca, n. 89, 1885. Acervo Biblioteca FDUSP.

²¹ Livro de Ofícios e Cartas, 1844/3, recebidos de 22 de julho de 1844 a 17 de dezembro de 1900. Acervo Biblioteca da FDUSP.

o serviço e para que os livros que tivessem saído fossem restituídos no prazo de oito dias. Solicita, ainda, que o horário da Biblioteca seja cumprido conforme o artigo 206 do Regulamento, das “9 horas da manhã às 2 horas da tarde, e das 5 às 7 horas da tarde.”²²

Para retratar a prática do controle e o nível do empréstimo no século XIX, uma correspondência, datada do dia 11 de junho de 1885, do botânico Alberto Loefgren²³, declara que recebeu do ajudante do bibliotecário da Faculdade, por ordem do Diretor, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, o empréstimo da raríssima obra de Frei Mariano da Conceição Velozo (conhecido como Frei Velozo), *Flora Fluminense*, em 11 volumes, em brochura. Loefgren, na correspondência²⁴ se comprometia a devolver a coleção na ocasião em que lhe fosse requisitada.

5.1 Desenvolvimento da coleção

Outra prática que percorreu toda a história da Biblioteca foi a de registrar as aquisições: doações, compras e permutas. Essas informações podem ser encontradas transcritas nos livros de correspondências entre o bibliotecário e o diretor, nas correspondências propriamente ditas, e nas Memórias Históricas, que eram uma forma de relatório anual e foram publicadas a partir de 1854 até o início do século XX.

No Diário do Bibliotecário, está registrado que haviam chegado várias obras vindas da Biblioteca do Rio de Janeiro.²⁵ Em 20 do mesmo mês, um ofício do diretor, com cópia de um aviso com a informação sobre um caixote de livros para a Biblioteca,²⁶ infelizmente, não menciona o remetente.

Ainda, no mesmo Diário, no dia 5 de agosto, o bibliotecário informa que não há estantes suficientes para acomodar os livros legados pelo desembargador Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, Vampré (1977, v.1, p.204). A reclamação surtiu efeito e o diretor, poucos dias depois, cobra um orçamento para a compra de novas estantes, sendo atendido prontamente; o bibliotecário remete a informação de que as estantes custariam 317,520.²⁷ A doação também está registrada

²² Livro de Ofícios e Cartas, 1844/3, em 27 de fevereiro de 1890 a 17 de dezembro de 1900. Acervo Biblioteca da FDUSP.

²³ Johan Albert Constantin Løefgren, botânico sueco radicado no Brasil.

²⁴ Livro de Ofícios e Cartas, 1844/3, 11 de junho de 1885. Acervo Biblioteca da FDUSP.

²⁵ A Biblioteca do Rio de Janeiro mencionada certamente é a Biblioteca Nacional.

²⁶ Diário do Bibliotecário, de 20 de julho, n.5 de 1839-1857. Acervo Biblioteca FDUSP.

²⁷ Idem

em correspondência do diretor, informando que Chichorro deixou, em testamento, sua Livraria para a Academia.²⁸

O termo de abertura do livro, datado de 17 de janeiro de 1885, denominado de “Livro dos Donativos, 90”, destinado para anotar as doações recebidas pela Biblioteca e assinado pelo bibliotecário Leôncio de Carvalho, contém 114 páginas com uma lista de livros nacionais e estrangeiros.²⁹

O desenvolvimento da coleção também passava por uma análise crítica. Dessa forma, registrou o bibliotecário³⁰ que passaram pela biblioteca o diretor, Vicente Pires da Motta e o professor Júlio Frank³¹ para separar os livros bons dos que se deveriam considerar inutilizados.

A preocupação com o desenvolvimento da coleção, bem como com a ampliação do acervo para servir para consulta e estudos pela comunidade abarcava ampliar o número de títulos de revistas. Dessa forma, uma correspondência dirigida ao diretor, Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, pelo bibliotecário, José Inocêncio de Moraes Vieira, informava que havia selecionado revistas a seu critério, as que pareceram “mais úteis à Biblioteca”, mas ficando a decisão final para o diretor.³²

Em 1880, no Relatório dirigido ao diretor Vicente Pires da Motta, o bibliotecário Fernando Mendes de Almeida diz insistir na assinatura de revistas de direito, aquisição de livros novos publicados no Brasil e fora do país para que a Biblioteca estivesse atualizada e pudesse oferecer soluções novas da ciência aos que a procurassem.

Num esforço para manter a Biblioteca com publicações atualizadas, informa ao diretor que tinha enviado correspondências aos editores das revistas “Direito” e “Revista Jurídica”, do Rio de Janeiro, solicitando doação das publicações, mas que não tinha obtido resposta, assim, diz presumir ser necessário despende de quantia para aquisição de “tão úteis revistas”.

²⁸ Correspondência do diretor José Maria de Avelar Brotero ao Ministro do Império Francisco de Paula de Almeida Albuquerque, 24 jun. 1839. Arquivo da Faculdade de Direito da USP, Série correspondência do Diretor.

²⁹ Era docente da Academia e, quando exerceu a função de bibliotecário (1885-1890), já havia sido ministro do Império (1878), entre outros cargos. Em seguida, viria a se tornar diretor da Academia (1890-1891).

³⁰ Diário do Bibliotecário, n.5, 1839, 5 de agosto de 1839. Acervo Biblioteca da FDUSP.

³¹ Sobre o professor Júlio Frank: Schmidt, Afonso Frederico, *À sombra de Júlio Frank*. Brasiliense, s/d.; Bandecchi, Brasil, *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*. Parma, 1982; Carvalho, Herbert, *A herança liberal de Júlio Frank*. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/4330_A+HERANCA+LIBERAL+DE+JULIO+FRANK Acesso em: 13 out. 2020.

³² Livro de Ofícios e Cartas, 1844/3, de 1 de abril de 1860. Acervo Biblioteca da FDUSP.

De modo a apresentar os esforços realizados durante o ano para manter o acervo compatível com as necessidades acadêmicas, o bibliotecário informa ao diretor que das 172 obras adquiridas naquele ano, parte havia sido conseguida por esforços pessoais envidados para preenchimento das lacunas. Lamenta não ter conseguido muitas obras e diz não ter tido a “fortuna” de conseguir os relatórios dos diversos ministérios, mais especialmente do Ministério do Império, ao qual a Faculdade de Direito estava subordinada.³³

A doação e a permuta também estiveram presentes na formação da coleção, Beffa, Napoleone (2018). No século XIX, como somente havia as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda (depois Recife), as duas Bibliotecas deviam se comunicar para trocas de duplicatas ou de documentos e obras publicadas pelas próprias Escolas. É o que se vê em um documento de 1893 com os dizeres “Publicações da Faculdade de Direito de S. Paulo necessárias à Biblioteca da Faculdade do Recife”. Seguindo uma relação de títulos como “lista Geral dos estudantes matriculados no ano de 1893”, “Memórias históricas” apresentadas nos anos de 1864, 1869, 1870, 1876, 1877, 1879, 1880, 1881, 1883, 1886, 1887, 1888, 1890, 1891, 1893, 1894 e 1895, além dos programas de cursos de Ciências Sociais e do curso de Notariado³⁴. Outro documento com uma lista que apresenta pequenas divergências com o documento mencionado acima, também datado de 1893, relaciona as teses e dissertações apresentadas de 1890 a 1893.³⁵

A circular nº 890, de 25 de agosto de 1893, assinada por Francisco Mendes da Rocha, diretor da Biblioteca Nacional, dava cumprimento ao aviso de 6 de março de 1893, do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas, informando ao bibliotecário da Biblioteca da Academia de Direito que estava à disposição para retirada (uma vez que a Biblioteca Nacional não dispunha de recursos para efetuar sua remessa) a “importantíssima” coleção *Flora Brasiliensis*, de Carl Friedrich Philipp Martius, a obra pode não ter sido retirada pela Biblioteca da Academia, pois não consta do “Catalogo Alfabético da Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo”, de 1920. Consultando esse catálogo, a única obra do autor que aparece é a *Glossária linguarum brasiliensium*:

³³ Livro de Ofícios e Cartas (1844/3). Acervo Biblioteca da FDUSP.

³⁴ A chamada Reforma Benjamin Constant – Decreto N.1232H, de 2 de janeiro de 1891 – aprova o regulamento das instituições de ensino jurídico, dependentes do Ministério da Instrução Pública – definiu, em seu artigo 2º, que haveria, em cada Faculdade de Direito, três cursos: o de ciências jurídicas, o de ciências sociais, o de notariado. Essa organização, porém, durou pouco: os dois últimos cursos foram abolidos pela Lei n. 314, de 30 de outubro de 1895.

³⁵ Livro de Ofícios e Cartas (1844/3). Acervo Biblioteca da FDUSP.

glossários de diversas lingoas e dialectos que fallao os Índios no Império do Brazil, 1863. Esta obra já está descrita com suas marcas no Banco de dados da USP, Dedalus.

A ação para manter a biblioteca atualizada ultrapassava fronteiras, assim, em 1893, o bibliotecário Joaquim Mendonça Filho recebeu uma carta de Moura & Cia – Agentes Importadores, São Paulo³⁶, informando que o livreiro deles de Paris, a quem haviam remetido uma relação de livros, solicitava um prazo para fornecer o orçamento³⁷. Parte de todo esse empenho se traduz no acervo hoje existente.

5.2 Conservação

A encadernação sempre esteve presente entre as necessidades da Biblioteca. Em 1880, o bibliotecário Fernando Mendes de Almeida informa ao diretor que prosseguiu com a encadernação dos livros, considerando-a urgentíssima para evitar a completa destruição de “boas obras”. Entretanto, não era o único motivo, mas também porque queria dar “melhor aspecto à Biblioteca.”

O mesmo relatório permite-nos depreender que a preocupação do zeloso bibliotecário está voltada, especialmente, para a proteção da coleção, pois solicita ao diretor mais uma sala, que seria para o acolhimento dos “consultantes”, ficando separada do salão com as estantes dos livros. Com as estantes de livros e as mesas de consultas no mesmo espaço, informa não haver meios para a fiscalização “que é indispensável em instituições desta natureza” e complementa que “aquele salão é insuficiente”.³⁸

A conservação dos aspectos originais das obras é sempre uma preocupação das instituições, visando resguardar toda a sua originalidade, mas verificando documentos do século XIX, percebe-se que muitas obras, talvez a maioria, chegaram até nós já com intervenções, visto que, numa cidade que, em finais do século XIX, vivia um intenso processo de modernização e desenvolvimento comercial, a atividade de encadernação estava muito presente. Assim, em 7 de abril de 1886, há uma carta, sem indicação do destinatário,

³⁶ Moura & Comp. eram agentes importadores. Ofereciam assinaturas de jornais estrangeiros e se apresentavam como sub-agentes, no Estado de São Paulo, do anuário comercial Didot-Bottin, de Paris. Como tal, podiam publicar anúncios de comerciantes de São Paulo naquele almanaque francês. Tinham endereço na rua Florêncio de Abreu 72, sobrado. A firma foi dissolvida em 1898. Cf. *Correio Paulistano*, 27 maio 1893, ed. 10982, p.1; *Correio Paulistano*, 7 jul. 1893, ed. 11014, p.4; *O Commercio de São Paulo*, 9 jul. 1893, ed.00136, p.2; *Correio Paulistano*, 30 jun. 1898, ed.12549, p.3.

³⁷ Livro *Ofícios e Cartas*, (1844/3). Acervo Biblioteca da FDUSP.

³⁸ Idem.

informando ter sido enviada para a Casa Seckler³⁹, para ser reencadernada, a obra “História de S. Domingos particular do Reino, e conquistas de Portugal”, Lisboa, 1767, em 8 volumes, de autoria de Luís de Cacegas (autoria esta não mencionada no documento).⁴⁰

6 A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SÉCULO XIX NA BIBLIOTECA

No texto legal da criação dos Cursos Jurídicos, constava, no art.7º, que os Lentes fariam a escolha dos compêndios da sua profissão ou os “arranjarão” [...] “com tanto que as doutrinas estejam de acordo com o sistema jurado pela nação”⁴¹.

José Maria de Avellar Brotero foi o primeiro professor do Curso Jurídico de São Paulo. Foi ele quem proferiu a aula inaugural da nova instituição, em 1º de março de 1828. Foi também ele o autor do primeiro compêndio, *Princípios de Direito Natural, de 1829*. A obra causou polêmica à época – porque polêmico era seu autor – e não foi aceita pelo Governo, ao que tudo indica por razões políticas. Permaneceu, porém, como primeiro compêndio escrito por lente do Curso Jurídico de São Paulo, Reale (1956)⁴²; Casella (2009, 2017). A Biblioteca possui dois exemplares da obra, sendo que um está autografado, à pena, pelo professor autor. Esta obra, de valor expressivo para a história do Direito brasileiro, foi impressa em papel de boa qualidade, sendo que, em muitas páginas, pode-se ver a presença de marca d’água, além de conter muitas anotações manuscritas.

Brotero escreveu outras obras também raras para a literatura jurídica nacional como *Filosofia do Direito Constitucional*.⁴³ Reeditada em anos recentes, tem merecido a atenção de estudiosos do Direito, alguns deles importantes juristas da atualidade. Brotero marcou época por sua própria história como lente, diretor atuante e secretário e pelas histórias interpessoais dentro da Academia. Seu legado literário para a ciência jurídica

³⁹ O primeiro anúncio da firma Jorge Seckler no *Correio Paulistano* (“Philippi & Seckler, 2 out. 1862, ed.01921, p.4) a identifica como como oficina de encadernação. A partir de 1885, Jorge (Georg) Seckler assumiria o negócio sozinho (*Correio Paulistano*, 5 set. ed. 2783, p.4). Oferecia serviços de tipografia, encadernação, pautação e papelaria, além de artigos de escritório e de livros em branco, estes de sua própria fabricação (*Correio Paulistano*, passim). A partir de 1885, transformou sua tipografia em estabelecimento industrial, que, segundo Siriani (2003, p.159) foi, por muito tempo, a maior do país.

⁴⁰ Livro de Ofícios e Cartas, 1844/3. Acervo Biblioteca da FDUSP.

⁴¹ Lei de 11 de agosto de 1827. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br> Acesso em: 19 ago. 2020.

⁴² Apenas na primeira edição Reale dedica um capítulo para a obra de Brotero.

⁴³ BROTERO, José Maria de Avelar. *A filosofia do Direito Constitucional*. São Paulo: Typ. do Governo, 1842; reeditada, em 2007, com Introdução de José Afonso da Silva, intitulada “Notícias sobre Avellar Brotero e A Filosofia do Direito Constitucional”.

está guardado como conhecimento científico, mas especialmente como a produção intelectual *princips* por ele escrita.

A importância de reunir a produção intelectual da instituição é meta relevante para dar a conhecer e preservar a memória intelectual. Rastreando fontes documentais existentes na própria Biblioteca, podemos apreender algumas iniciativas que garantiram a entrada de obras no acervo. Registro datado de 8 de outubro de 1892 mostra que, de ordem do Conselheiro Barão de Ramalho, então diretor, é solicitado informar quais as obras existentes na Biblioteca publicadas por seus “lentes ou professores”, desde a criação da Faculdade. No canto superior esquerdo, em lápis azul, uma anotação – “Satisfeito” – e, logo abaixo, parecendo uma assinatura ou rubrica: “Mendonça Filho”. A correspondência foi endereçada ao bibliotecário Joaquim Jacintho de Mendonça. No rodapé, à direita, uma anotação: “O Secretario” e a assinatura de André Dias de Aguiar.

Vê-se que estava sendo requerido pelo diretor Ramalho, por intermédio do secretário Aguiar, que o bibliotecário Mendonça recuperasse toda a produção intelectual produzida pelos lentes (docentes do Curso Jurídico) e professores (docentes do curso preparatório) ligados à Faculdade⁴⁴. A correspondência não revela o motivo e tampouco menciona se o pedido está pautado em algum artigo do Estatuto ou do Regulamento, mas certamente, a informação solicitada poderia ter tripla função: uma delas seria solicitar que os docentes entregassem exemplares de seus próprios livros à Biblioteca; a outra, cobrar que apresentassem produção acadêmica; a terceira, conhecer o quanto as obras que estavam na Biblioteca contribuíam para o enriquecimento intelectual da Faculdade e do ensino jurídico do país.

Como resultado dessas ações, são muitas as obras de antigos professores que, hoje, compõem o acervo, possibilitando consulta e registro do patrimônio bibliográfico produzido ao longo dos anos na Academia de Direito.

A Biblioteca possui, ainda, 174 volumes com mais de 2 mil trabalhos manuscritos por alunos da Escola do século XIX. Muitos deles são trabalhos cujos autores, então estudantes, viriam a se tornar personalidades ou juristas importantes como: Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto; Antônio Felix Bulhões Jardim, abolicionista, poeta, jornalista, magistrado e político goiano, Augusto Teixeira de Freitas Júnior, jurista; José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco; Manoel Pereira de Souza

⁴⁴ Livro de Ofícios e Cartas, 1844/3. Acervo Biblioteca da FDUSP.

Arouca, deputado; Martinho da Silva Prado Júnior, político e empresário; Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho; Rafael Tobias de Aguiar Filho; Lafayette Rodrigues Pereira, jurista, diplomata, jornalista e político; José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, diplomata jurista; Frederico Dabney de Avellar Brotero, desembargador e tantos outros nomes da vida nacional. Esses trabalhos são, ainda, inexplorados quanto ao seu conteúdo. A Biblioteca recentemente catalogou-os detalhadamente para proporcionar maiores possibilidades de recuperação, tornando, assim, todo o material inédito disponível para ser pesquisado no banco de dados da Universidade, Dedalus.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AIRES, Vivian Nany. *Da sala de leitura à tribuna: livro e cultura jurídica em São Paulo no século XIX*. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo 2018.
- ALMEIDA, Luís Castanho de. *São Paulo, filho da igreja*. São Paulo: Vozes, 1957.
- APOSTOLOVA, Bistra Stefanova. O debate sobre a fundação dos cursos jurídicos no Brasil (1823-1827). Uma reavaliação. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v.33, n.62, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- BARBOSA, Samuel Rodrigues. Projetos de pesquisa em andamento, incluindo orientações: “História dos livros jurídicos como média de racionalização e rotinização da cultura jurídica (1830-1890)”;
- “Dicionário da cultura jurídica das faculdades de direito de São Paulo e Olinda (1827-1930)”.
- BEFFA, Maria Lucia ; NAPOLEONE, Luciana Maria. “Arqueologia” das coleções bibliográficas: um exercício de identificação de bibliotecas como patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/10-Beffa%20y%20Napoleone%20ponencia.pdf> Acesso em: 06 out. 2020.
- BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Bibliotecas particulares na academia: considerações sobre a doação e captação de coleções bibliográficas para instituições públicas. In: MELLO e SILVA, Maria Celina Soares (org.). *Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. Disponível em: http://portal.mast.br/images/publicacoes_mast/livro_da_minha_casa_para_todos_v2.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Criação dos cursos jurídicos no Brasil*. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Documentação e Informação, 1977.
- BROTERO, José Maria de Avelar. *A filosofia do Direito Constitucional*. São Paulo: Typ. do Governo, 1842; reeditada em 2007 com Introdução de José Afonso da Silva, intitulada “Notícias sobre Avellar Brotero e A Filosofia do Direito Constitucional”.
- BROTERO, José Maria de Avelar Brotero. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Imperial e Nacional, 1829.

CATALDO, Fabiano. *Las marcas de procedencia em la historia del libros: arqueologia de los recuerdos*. Palestra proferida na Biblioteca Nacional da Argentina, 21 ago. 2020. Disponível: Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=tJ9XnHOeu7s> Acesso em: 06 out. 2020.

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história do iluminismo no Brasil: notas acerca da presença de Verney na cultura Brasileira. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v.5, n1/2, p.109-118, 1979. p.113. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33251/35989> Acesso em: 23 out. 2020.

CASELLA, Paulo Borba. Missão do direito internacional no mundo pós-moderno – reflexão pelos 190 anos do Direito Internacional nas Arcadas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.112, p.785-821, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/149540> Acesso em: 10 out. 2020.

CASELLA, Paulo Borba. Direito internacional nas Arcadas: a aula inaugural de 16 de fevereiro de 2009. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.104, p.931-966, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67882> Acesso em: 11 out. 2020.

CORRÊA, Francisco Aquino. D. José Antônio dos reis, primeiro bispo diocesano de Cuiabá, Conferência oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como discurso de posse do autor no mesmo ilustre sodalício, no IV centenário de São Paulo, 1954. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1954.

DEAECTO, Marisa Midore. São Paulo, cidade espiritual. In: _____. *O Império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

ELLIS, Mirian. Documentos sobre a primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v.14, n.29, p.387-477, 1957.

Ellis, Mirian. Documentos sôbre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v.30, p.387-447, abr.-ago. 1957. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105391/104064> Acesso em: 05 out. 2020.

FRANCISCANOS. 370 anos de história do convento de São Francisco. Disponível em: <https://franciscanos.org.br/quemsomos/ondeestamos/fraternidade-sao-francisco-sao-paulo/#gsc.tab=0> Acesso em: 13 fev. 2020.

GOMES, Daniel Mendes. *Livros de Geografia na primeira biblioteca pública da Cidade de São Paulo*. Disponível em: <https://journals.nps.openedition.org/ar> Acesso em: 18 ago. 2020.

Gomes, Eustáquio. País tem história universitária tardia. *Jornal da Unicamp*, Campinas, n.191, ano XVII, 23 a 29 set. 2002. Disponível em: [https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html#:~:text=Criada%20em%201538%2C%20a%20Universidade,%20e%20Santiago%20\(1738\)](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html#:~:text=Criada%20em%201538%2C%20a%20Universidade,%20e%20Santiago%20(1738).). Acesso em: 05 out. 2020.

JOHNSON, Martinho. Dois bispos do século XVIII: (D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra e Frei D. Manuel da Ressurreição). *Revista de História*, São Paulo, v.51, n.101, p.107-125, 1975. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132734/128796> Acesso em: 23 out. 2020.

LOPES, José Reinaldo Lima. *O Direito na história: lições introdutórias*. São Paulo: Atlas, 2012.

MAFEI, Rafael. Sistematização do Direito Civil às vésperas do Código de 1916: análise empírico-documental dos arquivos da Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.112, p.551-569, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/149515/146641> Acesso em: 10 out. 2020.

MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo: 1554-1910*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

- MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura: cidades, livros e leitura na Província de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2015. Originalmente Dissertação de Mestrado – FFLCH-USP, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. *Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco 1827-1997*. São Paulo: Alternativa, 1998.
- ORTMANN, Adalberto. Famílias de Piratininga e franciscanos paulistas. *In: ENSAIOS paulistas*. São Paulo: Anhambi, 1958. p.433-434.
- POVEDA VELASCO, Ignacio Maria. Ordenações do Reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.89, p.11-67, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67236> Acesso em: 10 out. 2020.
- REALE, Miguel. *Horizontes do direito: estudos de filosofia do direito e da cultura*. São Paulo: Saraiva, 1956.
- RIBEIRO, José Jacintho. *Chronologia paulista: outubro a dezembro*. São Paulo: Diário Oficial, [1904].
- RÖVER, Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1941.
- SCHAER, Roland. Des Encyclopédies superposées. *In: GEORGEL, Chantal (dir.) La jeunesse des musées: les musées de France au XIX^e siècle*. Paris: Editions de la réunion des musées nationaux, 1994.
- SOUZA, Ingrid Lopes de; CATALDO, Fabiano; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO de 23 a 27, 18, – ENANCIB 2017*. Marília/UNESP. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5352/2/Ingrid%20_Enancib2017.pdf Acesso em: 14 out. 2020.
- SPIX, J. B. von ; MARTIUS, C.F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v.1
- TOMASEVICIUS, Eduardo. O livro didático no ensino do direito. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.108, p.45-68, 2103. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67975> Acesso em: 10 out. 2020.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2. ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977. 2v.
- WERNET, Augustin. Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças. *In: PORTA, Paula (org.) História da cidade de São Paulo: a cidade colonial*. São Paulo : Paz e Terra, 2004. v.1.
- ZANON, Dalila. *O poder dos bispos na administração do ultramar português: o bispado de São Paulo entre 1771 E 1824*. Tese (Doutorado) Unicamp. 214. 418p. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281183/1/Zanon_Dalila_D.pdf Acesso em: 22 out. 2020.